



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Duda Ramos** - MDB/RR

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. DUDA RAMOS)

Estabelece normas para o comércio e controle de substâncias corrosivas com potencial lesivo, institui medidas de proteção a vítimas de ataques com ácido, agrava penas em casos de violência motivada por gênero e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o controle, rastreabilidade e comercialização de substâncias corrosivas com alto poder lesivo, visando prevenir e coibir sua utilização em atos de violência, especialmente contra mulheres e grupos vulneráveis.

Art. 2º A venda e o fornecimento de substâncias corrosivas classificadas como perigosas à integridade física — a exemplo de ácidos sulfúrico, nítrico, clorídrico, fórmico ou similares — ficam condicionados à:

I – identificação do comprador por meio de nome completo, CPF ou CNPJ e endereço;

II – justificativa técnica ou finalística para o uso do produto;

III – emissão obrigatória de nota fiscal com descrição precisa da substância, volume e concentração;

IV – registro das operações em livro próprio ou sistema digital, com acesso regulamentado pelo poder público.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também à comercialização via plataformas digitais, por meio de marketplaces ou lojas virtuais.

Art. 3º É vedada a venda de substâncias corrosivas:



I – a pessoas físicas sem justificativa comprovada de necessidade profissional, técnica ou doméstica adequada;

II – em estabelecimentos não autorizados ou não inscritos em cadastro específico a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 4º Os fabricantes, distribuidores e comerciantes deverão:

I – manter controle de estoque atualizado e acessível à fiscalização;

II – comunicar às autoridades competentes quaisquer perdas, furtos, desvios ou vendas suspeitas;

III – dispor advertências visíveis e legíveis quanto aos riscos à saúde e uso indevido nas embalagens e prateleiras.

Art. 5º Ficam os serviços públicos de saúde, assistência social e segurança obrigados a:

I – registrar como notificação compulsória qualquer caso de lesão corporal, queimadura ou deformação decorrente de ataque com substâncias corrosivas;

II – ofertar à vítima atendimento prioritário e multidisciplinar, incluindo cirurgia reparadora, acompanhamento psicológico e jurídico, além de suporte socioassistencial.

Art. 6º Os crimes de lesão corporal ou tentativa de homicídio praticados com uso de substâncias corrosivas terão pena agravada em 2/3 (dois terços) quando:

I – cometidos contra mulheres em contexto de violência doméstica ou por motivo de gênero;

II – causarem deformidade permanente, cegueira, perda de função motora ou incapacidade laboral;

III – forem praticados com premeditação ou dissimulação, visando humilhação ou desfiguração estética da vítima.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, inclusive com:



- I – definição das substâncias sujeitas ao controle;
- II – critérios de cadastro de estabelecimentos autorizados;
- III – criação de sistema nacional informatizado de rastreabilidade.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa enfrentar o alarmante e crescente uso de substâncias corrosivas como armas de violência, sobretudo contra mulheres, em contextos de ódio de gênero, vingança, dominação ou violência doméstica.

Embora o Brasil não disponha de estatísticas consolidadas, diversos casos de ataques com ácido têm sido registrados em centros urbanos e áreas de vulnerabilidade. Atualmente, não há legislação federal que imponha restrições significativas ao comércio e rastreabilidade desses produtos, que seguem sendo vendidos livremente em comércios populares, ferragens, plataformas online e estabelecimentos sem controle adequado.

Em diversos países, como Bangladesh, Índia, Colômbia e Reino Unido, legislações específicas reduziram drasticamente esse tipo de crime ao:

Restringir a venda apenas a usuários registrados ou com necessidade técnica comprovada;

Estabelecer rastreabilidade dos compradores;

Agravar penas e reforçar a proteção às vítimas.

No Brasil, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio reconhecem a gravidade da violência baseada no gênero, mas ainda não contemplam especificamente os ataques com ácido ou similares, deixando um vácuo legal.



Esta proposta vem preencher essa lacuna, aliando medidas preventivas, repressivas e protetivas. É constitucional, juridicamente segura, exequível e urgente.

Conto com o apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 17 de julho de 2025.

Deputado DUDA RAMOS

